

02/08/2010 - Juiz fala para adolescentes infratores



Adolescentes do Centro Sócioeducativo de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, participaram na última quarta-feira, 29 de julho, de uma palestra ministrada pelo juiz da comarca de Jaboticatubas, Carlos Alexandre Romano, dentro das atividades do Programa Conhecendo o Judiciário. Além deles, participaram adolescentes do Centro de Internação Provisória (CEIP) São Benedito, do Centro Sócioeducativo Santa Helena, do Centro Educativo Santa Clara, servidores, agentes sócioeducativos e técnicos.

O juiz Carlos Alexandre Romano iniciou a palestra dizendo que a adolescência é uma fase extremamente importante para a formação do caráter das pessoas. Daí a importância de um trabalho preventivo com adolescentes para que no futuro possíveis desvios de conduta sejam minimizados.

O magistrado ponderou que todos têm duas opções para escolha: “Uma porta larga e outra estreita. A primeira oferece inúmeras possibilidades e tudo se torna fácil de conseguir. São as chamadas conquistas sem esforço, porém, a cobrança vem logo em seguida. A segunda é uma porta estreita e que só permite a passagem após perseverança e fé. As dificuldades são inúmeras, mas a conquista é duradoura”.

O juiz reforçou que é necessário o combate ao comodismo, pois a opção pela “porta larga” pode ser a opção natural, contudo, “somos produtos de nossa escolha. Nos momentos de crises, a tendência à dúvida quanto ao caminho correto a seguir surge, mas o bom senso deve ser observado nessas situações”, pontuou.

Sinal de alerta

O palestrante aproveitou a oportunidade para comentar que, no primeiro momento, a vida voltada para a prática do crime pode parecer confortável, mas o preço a ser pago é alto. “Conheço inúmeros relatos de pessoas que não querem sair da inércia, apóiam-se nos frutos do crime e deixam passar boas oportunidades. É preciso lançar um olhar inteligente sobre a vida e superar desafios”, reforçou.

O juiz Carlos Alexandre Romano relatou que se depara com inúmeros processos envolvendo adolescentes que não querem deixar a prática de infrações penais. “O Judiciário não tem somente a missão de punir, mas também de ajudar as pessoas a melhorar. As penas são aplicadas como um sinal de alerta”, frisou.

Na oportunidade, o magistrado enfatizou que as leis existem para disciplinar o convívio social. “Quando há um descumprimento a desordem se instala. Surge, então, a necessidade de todos entenderem que o direito de cada um surge quando começa a do outro”. Neste ponto, o juiz reforçou que, além dos direitos, há deveres. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por exemplo, não deve ser entendido como apenas um suporte à defesa dos menores e adolescentes, mas também delimita os deveres a serem seguidos, salientou.

“Como o Judiciário tem como missão buscar a paz social e eliminar os conflitos, todos nós devemos agir com respeito ao próximo. Somente com a conjugação do verbo amar construiremos uma sociedade mais harmônica”, encerrou.

Antes da apresentação da palestra, cinco adolescentes apresentaram duas peças. Os temas abordaram o ECA. A diretora de atendimento do Centro Sócioeducativo de Justinópolis, Mariana Aranha, elogiou a iniciativa. “A palestra propiciou aos adolescentes uma oportunidade para eles tirarem dúvidas”. A informalidade e proximidade entre o juiz e os adolescentes foram outros pontos destacados pela diretora. O Centro abriga 25 adolescentes que cometeram algum tipo de infração.

O juiz Carlos Alexandre Romano, após o término da palestra, relatou que viveu uma experiência rica, pois acredita que conseguiu passar uma mensagem positiva para os adolescentes. “No fundo, todos eles convivem com traumas complexos, faltam-lhes apoio. São crianças que buscam ser compreendidas e não tem muitas oportunidades e suas ações são reflexos da omissão da própria sociedade”, comentou.

A programação do “Conhecendo o Judiciário” conta com ações como visitas orientadas, palestras específicas para professores, estudantes, associações de bairro, Organização Não Governamental (ONGs), debates com a imprensa e seminários. Mais informações sobre o projeto e agendamento de visitas pelo telefone (31)3247-8975 ou pelo endereço eletrônico conhecendo@tjmg.jus.br.

Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom
TJMG - Unidade Goiás
Tel.: (31) 3237-6568
ascom@tjmg.jus.br